DECRETO JUDICIÁRIO Nº 21

O Desembargador MÁRIO LOPES DOS SANTOS, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma do estabelecido no item V, do artigo 103 do Regimento Interno deste Tribunal, fundado no disposto pelos artigos 98 do citado Regimento, 26, I e LVII, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, e 8º da Lei nº 6697, de 10 de outubro de 1987 (Código de Menores).

Considerando o relevante valor social do instituto da adoção e a necessidade de que seja direcionada no sentido de atender os superiores interesses do adotado;

Considerando as conclusões do XII Congresso da Associação Internacional de Magistrados de Menores e de Família (Recomendações nºs. 4 e 5, 1986), do XII Congresso da Associação Brasileira de Juízes e Curadores de Menores (Recomendação nº 10, 1987), do I e II Encontros da Associação de

Juízes de Direito e Promotores de Justiça de Menores do Estado do Paraná (Proposta nº I e Conclusão nº 12, respectivamente, 1987/1988);

Considerando o interesse que o instituto desperta no Estado e a necessidade de ser ele controlado, em benefício da criança, pelo Poder Judiciário, bem como aplicado com critério, de forma simples e objetiva, de modo a também diminuir com segurança os obstáculos, aos adotantes e juízes competentes, além de minimizar os riscos do tráfico de crianças, fazendo com que estas permaneçam no País, sempre que possível.

Considerando que em muitos casos os adotantes preferem adotar crianças de comarca diversa da de sua residência, como forma de facilitar o desligamento do adotado de sua família de origem;

Considerando que toda adoção legalmente possível deve ser prestigiada e concretizada pelo Poder Judiciário, por significar em princípio, a um ser humano em tenra idade, um meio de resgatar sua dignidade e a realização de seus direitos fundamentais à vida e ao desenvolvimento pessoal dentro de uma família;

Considerando, porém, a necessidade de se estabelecerem critérios de preferência entre os adotantes, tendo em vista a conveniência de se conservar, quando possível, a criança no seu meio étnico-cultural, e de se evitar o surgimento de clima de competição entre os adotantes, que acabaria trazendo prejuízo para os próprios adotandos;

Considerando que a procura de família brasileira deve obedecer a critério realista, que não retarde ou impeça a adoção por estrangeiro (Recomendação nº 10.c, do XII Congresso da ABJCM),

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Estadual Judiciária de Adoção - C.E.J.A, com as seguintes atribuições:

I - Organizar, para uso de todas as comarcas do Estado, cadastro geral e unificado de:

a - crianças declaradas em situação irregular, que necessitem de colocação em lar substituto mediante adoção, desde que não encontrados para elas pretendentes nacionais pelo Juiz de verificou a situação e solicitou o cadastramento;

b - pedidos de adoção de pretendentes nacionais e pretendentes estrangeiros residentes no País, indicando os que manifestarem interesse ao juízo da criança cadastrada pela letra “a” deste inciso;

c - pedidos de adoção de pretendentes nacionais, a fim de oferecer às diferentes comarcas do Estado, alternativa para a colocação de crianças em lar substituto, quando tal for recomendável e não houver possibilidade de solução no âmbito da esfera jurisdicional da comarca onde se encontra a criança;

d - pedidos de adoção de pretendentes estrangeiros residentes fora do País, aprovando sua habilitação e apresentando-se ao juízo da criança em lar substituto, quando tal for recomendável e não houver possibilidade de solução no âmbito da esfera jurisdicional da comarca onde se encontra a criança;

e - pedidos de adoção de pretendentes estrangeiros residentes fora do País, aprovando sua habilitação e apresentando-os ao Juízo da criança cadastrada pela letra “a” deste inciso, se em trinta dias após o cadastramento

desta não houver pretendentes nacionais ou estrangeiros residentes no País, interessados em sua adoção.

II - Manter intercâmbio com órgãos e instituições especializadas internacionais, públicas ou privadas, estas últimas reconhecidas e controladas pelo País onde foram criadas, a fim de estabelecer sistemas de controle e acompanhamento de estágio de convivência no exterior;

III - Admitir a colaboração de entidades nacionais especializadas, públicas ou privadas, estas últimas reconhecidamente idôneas e recomendadas pelo Juiz de Menores da Comarca em que tiverem sede;

IV - Realizar trabalho de divulgação de projetos de adoção entre os casais cadastrados, visando a favorecer a suspensão de preconceitos existentes em relação às crianças adotáveis.

Art. 2º - A Comissão Estadual Judiciária de Adoção, será formada por:

a - um Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado;

b - um Juiz do Tribunal de Alçada do Estado;

c - um Juiz de Menores de primeiro grau;

d - um membro do Ministério Público;

e - um Médico do quadro efetivo do Tribunal de Justiça;

f - um Assistente Social do quadro efetivo do Tribunal de Justiça;

g - um Psicólogo do quadro efetivo do Tribunal de Justiça;

h - um Comissário de Menores.

§ 1º - Os membros da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, presidida pelo Desembargador que a compuser, serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, após convite e aceitação, e não gozarão de qualquer remuneração, podendo a nomeação recair em membro inativo.

§ 2º - Para alcançar suas finalidades, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção organizará seu regimento interno, facultando-se-lhe o uso da estrutura já existente e dos serventuários especializados que atuam no setor de colocação em lar substituto, do juízo privativo de menores da Comarca de Curitiba.

Art. 3º - O cadastramento de crianças (art. 1º, I, "a"), poderá ser feito mediante simples comunicação, pelo juízo solicitante à secretaria da C.E.J.A., dos dados constantes da certidão de nascimento e outros que se julgarem necessários.

Art. 4º - O ato inicial para o encaminhamento de qualquer pedido de adoção junto à C.E.J.A. será o cadastramento do interessado.

§ 1º - Em se tratando de pretendentes nacionais ou estrangeiros residentes neste Estado, o pedido poderá ser apresentado ao Juiz de Menores da Comarca de sua residência, que o enviará à C.E.J.A..

§ 2º - Os pedidos de adoção de pretendentes estrangeiros residentes fora do País serão recebidos na secretaria da C.E.J.A. ou no Juizado de Menores da Comarca de Curitiba.

Art. 5º - Os atos praticados pela C.E.J.A. serão gratuitos e sigilosos (art. 3º do Código de Menores).

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de janeiro de 1989.

Desembargador MÁRIO LOPES DOS SANTOS

Presidente do Tribunal de Justiça